



Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político

João Freire Filho*

O Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham configurou, nos anos 1970, um novo paradigma interpretativo para os estilos e as atividades das subculturas juvenis da classe trabalhadora surgidas no pós-guerra. Neste artigo, argumento que – a despeito de sua utilidade para o avanço no entendimento da relação entre jovens, formação identitária e cultura do consumo – o aparato conceitual do CCCS (em particular, a noção de *resistência*) necessita ser revisto e refinado teoricamente, a fim de ajustar-se a proeminentes tendências nas práticas políticas e culturais juvenis.

Jovens, Música, Estilo, Política, Estudos Culturais.

In the 1970's the Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) developed a new and influential paradigm for understanding the actions and symbolic creativity of post-Second World War working-class youth subcultures. Although it was a relevant contribution to the comprehension of the relationship between youth, identity formation and consumer culture, the CCCS theoretical frameworks (especially the notion of *resistance*) needs to be revised in order to take account of recent trends in youth cultural and political practices.

Youth, Music, Style, Politics, Cultural Studies.

* João Freire Filho é jornalista e doutor em Literatura Brasileira pela PUC-RJ. Professor-adjunto da Escola de Comunicação da UFRJ. (jofreirefilho@hotmail.com)

Dans les années 1970, Le Centre des Études Culturelles Contemporaines de l'Université de Birmingham a développé un nouveau paradigme interprétatif pour les styles et activités des sous-cultures jeunes de la classe ouvrière d'après-guerre. Malgré son caractère utile pour le développement en tout ce qui concerne la relation parmi les jeunes, leur formation identitaire et la culture de consommation, l'apparat conceptuel do CCCS (en particulier, la notion de *résistance*) a besoin d'une revision et d'un raffinement théorique, pour qu'il puisse s'adapter aux tendances d'avangarde dans les pratiques politiques et culturelles des jeunes.

Jeunes, Musique, Style, Politique, Études Culturelles.

En los años '70, el Centro de Estudios Culturales Contemporáneos de la Universidad de Birmingham desarrolló un nuevo paradigma interpretativo para los estilos y las actividades de las subculturas juveniles de la clase trabajadora surgidas en la posguerra. Argumento en este artículo que – a pesar de su utilidad para el avance en la comprensión de la relación entre los jóvenes, la formación identitaria y la cultura del consumo – el aparato conceptual del CCCS (principalmente la noción de *resistencia*) necesita ser revisado y refinado teóricamente para ajustarse a las importantes tendencias en las prácticas políticas y culturales juveniles.

Jóvenes, Música, Estilo, Política, Estudios Culturales.

Há exatos 30 anos, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham publicou a edição especial do seu *Working Papers in Cultural Studies* dedicada aos interesses e às práticas que, na Inglaterra do pós-guerra, arregimentavam os jovens dos meios populares. Relançada em 1976, com o emblemático título de *Resistance through rituals* (Hall & Jefferson, 1976), a coletânea de monografias sobre teds, rockers, mods, rastafaris e skinheads almejava reformular, de maneira radical, o debate a propósito da chamada "cultura juvenil" – epíteto rotineiramente acionado, àquela época, por profissionais da imprensa e do marketing, com intuito de qualificar uma massa indiferenciada de pessoas de idade similar e de gostos e experiências afins, distinta não só por sua juventude, mas também por seu estilo particular de consumo conspícuo, orientado para o lazer.

A perspectiva edificada pelo CCCS, no início dos anos 1970, ambicionava se manter equidistante de duas representações supinamente estereotipadas da "cultura juvenil". Na tradição da Escolha de Chicago, seus formuladores tencionavam legitimar a vida subcultural juvenil, compreendendo-a como um comportamento social razoável e coerente, e não um sintoma de demência ou iniquidade. Paralelamente, os estudos culturais britânicos rechaçavam a noção (em voga na retórica política, acadêmica e jornalística) de que a crescente afluência do pós-guerra teria redundado na assimilação dos jovens da classe trabalhadora em uma cultura de consumo juvenil homogênea – "um bloco social solidamente integrado" (Laurie, 1965: 11), a nova classe juvenil do lazer cujo estilo de vida fulgurante (explorado, com frequência, pelos publicitários como símbolo de "modernidade" e "prazer descomprometido") era o prenúncio da prosperidade que logo, logo estaria ao alcance de todos.

Na opinião amplamente compartilhada de Abrams (1964: 57-58), o estudo da sociedade em termos de classe havia se tornado, em tais circunstâncias, cada vez menos esclarecedor, com o *gap* intergeracional constituindo o principal manancial de conflito na Grã-Bretanha. Os pesquisadores da Escola de Birmingham ponderavam, contudo, que tais "interpretações ideológicas" determinavam

a identidade da "cultura juvenil" a partir, somente, de seus aspectos mais extraordinários (música, estilos, lazer), disfarçando e reprimindo a relação do fenômeno com outras formações culturais mais amplas da sociedade (a "cultura paterna", da qual os jovens eram uma fração, a "cultura dominante" e a "cultura de massa") e as disparidades entre os diferentes estratos da juventude. Os estilos emergentes – ainda que, de fato, fossem indicativos de hábitos de consumo recém-adquiridos, intimamente ligados ao incremento das indústrias do lazer e da moda adolescente – simbolizavam, num nível mais profundo, respostas (ou "soluções") culturais dos jovens aos problemas ocasionados por sua experiência de classe (mediada pela geração, pela etnia e – tal qual será reconhecido mais tarde – pelo gênero).

A proposta do CCCS era, em síntese, desconstruir e destronar o conceito mercadológico de *cultura juvenil* e, em seu lugar, erigir um retrato mais meticuloso das raízes sociais, econômicas e culturais das variadas *subculturas juvenis* e de suas vinculações com a divisão de trabalho e as relações de produção, sem negligenciar as especificidades de seu conteúdo e de sua posição etária e geracional (Clarke *et al.*, 1976: 16). Não se tratava meramente, pois, de produzir inventários de padrões de consumo e estilos de vida subculturais; era impreterível avaliar que função o uso (criativo, insólito, espetacular) de artefatos da cultura de consumo, do tempo e de espaços territoriais assumia perante as instituições dominantes hegemônicas da sociedade.

A partir da década de 1990, os estudos subculturais britânicos se tornaram alvo de sucessivas críticas (Bennett, 1999, 2000, 2002; Brown, 2004; Bennett & Kahn-Harris, 2004a; Carrington & Wilson, 2002; Gelder & Thornton, 1997; Harris, 1992; Hesmondhalgh, 1998: 303-310; Kahn-Harris, 2004; McGuigan, 1992: 89-123; Muggleton, 1997, 2000; Negus, 1996: 12-35; Redhead, 1990, 1993, 1997; Redhead *et al.*, 1997; Skelton & Valentine, 1998; Thornton, 1995; Weinzierl & Muggleton, 2003a; Widdicombe & Wooffitt, 1995). Para alguns analistas, o relato pioneiro do CCCS a respeito do desenvolvimento de subculturas juvenis claramente definidas e de sua pos-

terior incorporação pelos aparatos da cultura da mídia e do consumo se revela datado, frente a atual profusão e volatilidade de estilos, formas e práticas (sub)culturais; outros críticos vão mais além, argumentando que a teoria subcultural estava irremediavelmente enganada desde os seus primórdios.

As tentativas de revisão dos temas, dos pressupostos e da metodologia do CCCS resultaram no estabelecimento, dentro do contexto acadêmico anglo-americano, de uma nova área de investigação – batizada, bem de acordo com a predileção hodierna por prefixos ambíguos, de *estudos pós-subculturais* (Bennett & Kahn-Harris, 2004: 11-14; Muggleton, 1997, 2000; Weinzierl & Muggleton, 2003a). Seus principais marcos teóricos: a *sociologia do gosto* de Bourdieu ([1979]1997), a teoria da *performatividade* de Butler (1990, 1993, 1997), o conceito de *tribalismo* de Maffesoli (1988) e as noções cognatas de *sociedade do espetáculo* e *de consumo* revisitadas por Baudrillard (1970, 1985, 2000) e Jameson ([1984] 1993, 1997).

Com base em um ou mais dos referenciais supracitados, os pós-subculturalistas aspiram, em linhas gerais, a reavaliar a relação entre jovens, música, estilo e identidade, no terreno social cambiante do novo milênio, em que fluxos globais e subcorrentes locais se rearticulam e reestruturam de maneira complexa, produzindo novas e híbridas constelações culturais (Weinzierl & Muggleton, 2003b: 2). Como conseqüência deste esforço revisionista, proliferam novas terminologias (*canais, subcanais; redes temporárias de subcorrentes; cenas; comunidades emocionais; culturas club; estilos de vida; neotribos*), em substituição ao conceito de *subcultura*, cujo valor heurístico – alega-se – solapa diante das mutáveis sensibilidades e múltiplas estratificações e interações das culturas juvenis do pós-punk.

Não é possível, obviamente, contemplar, dentro da dimensão deste artigo, todas as objeções (com variado grau de pertinência) lançadas contra a doutrina subcultural da Escola de Birmingham. Logo, entre as omissões e os equívocos comumente apontados, seleciono, para análise mais pormenorizada no restante deste texto,

a questão basilar da *resistência* na sociedade do espetáculo e na cultura do consumo – quiçá, a mais controversa e afeita a interpretações distorcidas.

A crítica pós-subculturalista argumenta, em regra, que seus predecessores superestimaram os rituais de resistência juvenil, conferindo-lhes importância política não demonstrada teórica ou historicamente. Quem examina, com atenção, o legado do CCCS encontra, todavia, um panorama mais complexo e nuançado.

Conforme assinala antes, a Escola de Birmingham situa a relação das subculturas juvenis com a cultura dominante num quadro teórico de opressão, conflito e luta. Clarke *et al* (1976: 45) faziam questão de frisar, no entanto, que nem todas as estratégias de luta tinham o mesmo peso; nem todas se apresentavam como uma solução alternativa, potencialmente contra-hegemônica. Era o caso da subculturas espetaculares: embora fossem formações sociais bastante concretas, identificáveis, possuíam uma inegável “dimensão ideológica” – acentuada, ainda mais, na intrincada conjuntura do pós-guerra. Ao abordar a problemática de classe do seu estrato de origem, forneciam, a segmentos da juventude da classe trabalhadora, uma *estratégia* para sobreviver e “conquistar espaço cultural” (tempo e lugares de diversão, circulação e manifestação). A forma deveras ritualística e estilizada de suas respostas à dominação social sugeria, entretanto, que as subculturas constituíam, também, *tentativas de solução* para os dilemas da subordinação – expediente que, por encontrar-se ancorado fundamentalmente no nível simbólico, estava destinado ao fracasso.

Os teóricos do CCCS, sob influência da matriz althusseriana, aquilatavam o potencial subversivo das subculturas como drasticamente afetado pelo não-reconhecimento da discrepância entre *negociações reais* e “*resoluções*” simbolicamente deslocadas – isto é, pela incapacidade de firmar suas “soluções” no terreno real onde as contradições de classe emergiam. Um tom de consternação marca o relato de como os jovens buscavam resolver, de forma “imaginária”, problemas que, no plano material concreto, permaneciam intocados:

Thus the "Teddy Boy" expropriation of an upper class style of dress "covers" the gap between largely manual, unskilled, near-lumpen real careers and life-chances, and the "all-dresses-up-and-nowhere-to-go" experience of Saturday evening. Thus, in the expropriation and fetishisation of consumption and style itself, the "Mods" cover for the gap between the never-ending-weekend and Monday's resumption of boring, dead-end work. Thus, in the resurrection of an archetypal and "symbolic" (but, in fact, anachronistic) form of working-class dress, in the displaced focusing on the football match and the "occupation" of the football "ends", Skinheads reassert, but "imaginarily", the values of a class, the essence of a style, a kind of "fan-ship" to which few working-class adults any longer subscribe: they "re-present" a sense of territory and locality which the planners and speculators are rapidly destroying: they "declare" as alive and well a game which is being commercialized, professionalized and spectacularised (48).

A convicção de que as subculturas não consistiam num desafio efetivo à formação social e sua legitimidade atravessa, também, outros textos canônicos da ortodoxia subculturalista. Adaptando as categorias de *dominação*, *negociação* e *oposição* cunhadas por Parkin (1971), Clarke (1976) e Clarke & Jefferson (1976) asseveraram que a cultura juvenil não podia ter esperança de ser *oposicionista*, enquanto operasse unicamente na esfera do lazer e do consumo – deslocamento que envolvia a supressão, em vez da transcendência, de outras áreas-chave (trabalho, família) em que as contradições eram geradas.

"No amount of stylistic incantation can alter the oppressive mode in which the commodities used in subculture have been produced", ratificou Hebdige (1979: 130). Numa reflexão posterior sobre o tema, o autor salienta as ambigüidades congeniais da política da subculturas juvenis – construídas com os signos correntes, sob os discursos autorizados e em face das múltiplas disciplinas da família, da escola e do trabalho:

The "subcultural response" is neither simply affirmation nor refusal, neither "commercial exploitation" nor "genuine revolt". It is neither simply resistance against some external order nor straightforward conformity with the parent culture. It is both a declaration of independence, of otherness, of alien intent, a refusal of anonymity, of subordinate status. It is an *insubordination*. And at the same time it is also a confirmation of the fact of powerlessness, a celebration of impotence. Subcultures are both a play for attention and a refusal, once attention has been granted, to be read according to the Book (Hebdige 1988: 35).

Sem meta ou ação política mais generalizada e organizada, as subculturas juvenis da classe trabalhadora não podiam sustentar-se por longo período de tempo; não conseguiam crescer, convertendo-se em genuínos movimentos de massa, aptos a produzir mudanças estruturais de larga-escala. As restrições e a inviabilidade de tais formações culturais ficavam patentes, quando eram comparadas com a carreira relativamente longa do movimento hippie. Naquela corrente subcultural de classe média, embora o foco principal de atenção fosse, igualmente, o lazer, irrompiam tentativas (limitadas, contraditórias) de prefigurar e fomentar estratégias alternativas para áreas mais amplas da vida social – o trabalho, a produção e a sexualidade (Clarke, 1976: 191; Clarke *et al.*, 1976: 57-71).

Já o potencial de resistência dos *estilos* (originais e inquietantes) das subculturas espetaculares era continuamente esmaecido em virtude de dois processos paralelos: a) *reapropriação* e *comercialização*, por agentes dos mercados publicitário, fonográfico e da moda; b) *redefinição* (consoante o quadro de referências e interesses da cultura dominante), pela mídia de massa – seja por meio da *estigmatização* e da criação de “pânicos morais” (Cohen, [1972] 1980), nas primeiras páginas e nos editoriais da imprensa, seja mediante a *incorporação* que normalizava, trivializava, domesticava (e, por vezes, saudava) determinados comportamentos como “típicos dos jovens”, “traquinagens passageiras”, nos cadernos da família e de moda e nos suplementos culturais (Clarke, 1976: 185-189; Clarke & Jefferson, 1978: 157; Hebdige, 1979: 92-99).

Resumindo: demasiadamente instáveis, marginais, vulneráveis, as subculturas espetaculares causavam barulho, conquistavam espaços culturais, atraíam os holofotes da mídia e a atenção das instituições dominantes da sociedade, ocasionavam, eventualmente, mudanças repressivas na esfera judiciária, estabeleciam novas convenções, criavam modismos e... feneciam.

O relato clássico dos teóricos do CCCS a respeito da difusão-dispersão-obliteração das subculturas juvenis (crônica de uma morte anunciada...) contém, pelo menos, dois pontos bastante problemáticos. A equação entre a divulgação das subculturas e o

esmorecimento de seu caráter insurrecional – a presumida tese da aceitação passiva e coletiva de estilos mercantilizados, destituídos de coerência e substância – despreza as inúmeras possibilidades de reapropriação criativa e política (conservadora ou progressista) que o visual, a música e o ideário subcultural *original* podem receber, em outros contextos temporais e espaciais. Uma subcultura pode ingressar no *mainstream*, apenas para, em seguida, retornar a outros espaços subculturais (no seu foco primário de propagação ou alhures), reinvestida com, pelo menos, parte do seu ímpeto crítico inicial. No processo de irradiação e tradução da “matriz subcultural” em distintas condições sociais e políticas, conotações críticas originárias são, por vezes, obscurecidas e novos focos de dissensão enfatizados.

A visão unidimensional do circuito de difusão e incorporação das subculturas notabilizada pelo CCCS se fundamenta, em larga escala, numa interpretação equivocada da relação dinâmica e reflexiva entre os jovens e as várias modalidades de mídia – responsáveis por fornecer muitos dos recursos visuais e ideológicos incorporados pelas identidades subculturais.

Em sua pesquisa sobre as *culturas club* da Inglaterra, Thornton (1995) esboça um quadro mais internamente diferenciado deste complexo nebuloso chamado “mídia”, distinguindo três formas principais: a *mídia de massa* (jornais tablóides; TV aberta; rádios nacionais); a *mídia de nicho* (imprensa musical, revistas de estilo, amiúde formadas por profissionais com ligações anteriores ou ainda ativas com a arena subcultural); e a *micromídia* (fanzines, pôsteres, *flyers*). Cada uma delas contribui, à sua maneira, efetiva e decisivamente para o significado, o agrupamento, a demarcação e o desenvolvimento das formações sociais e ideológicas dos jovens.

Ainda que a autora delineie um perfil benevolente demais das indústrias culturais globalizadas, a ênfase na multivascularidade da mídia é, sem dúvida, um bem-vindo corretivo para a visão monolítica cultivada pela teoria subcultural clássica. Sobressaem, todavia, no estudo de Thornton, algumas das mais características armadilhas da revisão pós-subculturalista.

Amparada numa releitura peculiar da obra de Pierre Bourdieu, a autora se dedicou a mapear relações e hierarquias elitistas de gosto vigentes *dentro* da cena rave londrina, em vez de explicar, à moda do CCCS, a lógica das escolhas estilísticas e musicais das culturas club em termos de sua oposição a “vagos corpos sociais” (3) denominados “cultura paterna” ou “cultura dominante”. Tal abordagem tem o inegável mérito de chamar a atenção para as sutilezas das interações e dos conflitos internos do universo subcultural. Ao mesmo tempo, porém, esta perspectiva analítica mina as subculturas juvenis de qualquer dimensão macro-política, reduzindo todas as suas motivações e práticas à lógica da disputa entre *clubbers* e *ravers* pelo acúmulo de *capital subcultural*¹.

Sob o eventual discurso político dos jovens, Thornton identifica, invariavelmente, a trama da distinção social:

These issues are clouded by the fondness that youth subcultures have for appropriating political rhetoric and frequently referring to “rights and freedoms”, “equality and unity”. This can be seen as a strategy by which political issues are enlisted in order to give youthful leisure activities that extra punch, that added je ne sais quois, a sense of independence, even danger. This is not evidence of the politicization of youth as much as testimony to the aestheticization of politics (167).

No afã de construir uma crítica das noções de *oposição*, *desvio* e *resistência* do CCCS (ou pelo menos, da versão estereotipada que se conservou delas), Thornton radicaliza na direção oposta, sugerindo ser possível reinterpretar toda a história das culturas juvenis do pós-guerra em termos de embates por capital subcultural. A dinâmica da distinção se tornara, segundo ela, ainda mais óbvia, na década de 1990, caracterizada pelo extremo conservadorismo dos jovens – bem-versedos nas virtudes da competição, venerando, como heróis culturais, os empreendedores que impulsionaram os clubes e os novos selos da indústria fonográfica, em vez de poetas e ativistas políticos.

Quedamos, ao final de *Club cultures* e de outras apreciações similares das pós-subculturas, com mais um retrato da submissão da juventude ao canto da sereia neoliberal e às forças do mercado

– todo resto sendo interpretado somente como mero *jogo de cena*... Relatos gramscianos acerca dos embates subculturais se tornam – sentença Redhead (1990: 2) – totalmente desmedidos, obsoletos, neste contexto em que supostamente o *prazer* substituiu de vez a *política*, e a noção de contracultura evoca mais o consumo e os shoppings do que a resistência e o desvio.

As afiliações culturais juvenis guardam, porém, contradições internas, nuances diversas, toda uma série de dubiedades intrigantes que só um ato de violência teórica pode forçar à homogeneidade de uma narrativa única. Enquanto o foco dos teóricos de Birmingham se concentrava nas estratégias estéticas, nos rituais de consumo dos jovens da classe trabalhadora (fadadas, como vimos, ao fracasso), os pós-subculturalistas de filiação pós-moderna costumam enfatizar o “hedonismo”, o “individualismo”, o “cinismo”, o “pessimismo”, o “nihilismo”, o “consumismo” e a “apatia política” dos membros flutuantes das neotribos, num cenário de relativa indeterminação estrutural, amplificada saturação midiática e múltiplas possibilidades de identificação.

Ambas as partes negligenciam, por razões distintas, tentativas de engajamento juvenil em atividades políticas muito além da resistência simbólica ou da política do prazer, do desaparecimento, do gosto ou do corpo. Refiro-me, por exemplo, à ligação – episódica ou duradoura – de diversos grupos e tendências punks com uma série (às vezes, incongruente) de organizações políticas anarquistas, socialistas, comunistas e com campanhas e protestos contra o racismo, o sexismo, o autoritarismo, o imperialismo estadunidense, o neonazismo, a brutalidade policial, a violação dos direitos do presos e dos homossexuais, a proibição do aborto, a guerra civil na Nicarágua, a Guerra do Golfo e no Iraque, o governo Bush, entre outras questões locais e/ou globais².

A partir de 1978, as letras de influentes bandas inglesas como The Clash, The Gang of Four, The Jam, Tom Robinson Band e Stiff Little Fingers se tornaram ostensivamente políticas, de apoio a movimentos pacifistas, libertários ou revolucionários (como o dos sandinistas), passando a ser reproduzidas, com frequência, na con-

tracapa dos discos – caminho trilhado, posteriormente, por grupos como Bad Religion, Los Crudos, Pennywise, Rancid, Fugazi, entre outros. Conexões mais explícitas entre facções e dissidências do movimento punk e bandeiras políticas se manifestam, também, à direita, com jovens militantes adotando crenças e atitudes xenóforas, fascistas e nazistas, em vários cantos do globo (Brown, 2004; Davis, 1996; Frith & Street, 1992; Goshert, 2000; Longhurst, 1995: 115-120; Negus, 1996: 19).

No Brasil, desde a chegada do movimento, no finalzinho dos anos 1970, os punks tendem a identificar-se com personagens explorados e marginalizados, que expressam sua revolta contra o sistema e as autoridades por meio de greves, passeatas, quebra-quebras etc. No início da década de 1980, bandas com os sugestivos nomes de AI-5, Desordem, Detenção, Guerrilha Urbana e Passeata circulavam pelo ABC; algumas gangues da região trajavam, como roupa característica, o macacão operário. No meio de uma reunião de punks paulistas, em 1982, um grupo começou a gritar: "Lula é punk!"; nas eleições daquele ano, quase todos votaram no PT. Os punks nativos participaram, ainda, de shows da Campanha Diretas-Já e de arrecadação de fundos para a Nicarágua (Abramo, 1994: 114-115; Bivar, 1988: 93-114).

Assistimos, hoje, ao envolvimento ativo de punks e anarco punks em manifestações, passeatas, protestos... "Atualmente o movimento atua com outros oprimidos grupos como: homossexuais, por achar que todos têm o direito de opção sexual sem ser discriminado; grupos de negros, feministas e outros grupos de atividades alternativas e libertárias", confirma o site do Movimento Anarco Punk do Rio de Janeiro (www.maprj.org.br).

Ao lado de sem-teto, moradores de favelas e estudantes, os punks cariocas participaram, em agosto de 2000, da "invasão pacífica" do Shopping Rio Sul – forma inédita de protesto contra a desigualdade social e o consumismo idealizada pela Frente de Luta Popular (fórum de entidades criado para elaborar "novas alternativas de luta"). Durante o assim denominado "passeio" de cinco horas pelo complexo de comércio e lazer, os cerca de 150 manifestantes visita-

ram lojas, experimentaram roupas, ocuparam a praça de alimentação (comendo pão com mortadela), encenaram performances, leitura de poesias, rodas de capoeira e representações teatrais, diante de vendedores e compradores visivelmente constrangidos; no fim da tarde, o grupo seguiu, em passeata, até o palácio Guanabara, onde seus representantes foram recebidos pelo secretário de Governo (*Folha de S. Paulo*, 05 ago. 2000. Cotidiano, p. 6; *Jornal da Tarde*, 05 ago. 2000. Geral, p. 2).

Pouco tempo depois, as manifestações nacionais do "Dia Mundial Contra o Capitalismo" também contaram com a ruidosa adesão de grupos punks, acompanhados de ecologistas, estudantes, aposentados e sindicalistas. Em Brasília, integrantes do Movimento Punk Anarquista e do Movimento Straight Edge portavam faixas com mensagens como "Boicote à dívida externa" e "Fora, Alca, Bird, OMC e multinacionais"; em São Paulo, os protestos "contra os fundamentos do sistema vigente, como a globalização e o capitalismo" provocaram conflito com a polícia e 17 prisões, após uma dúzia de punks ter destruído as placas comemorativas dos 110 anos da Bovespa (*Correio Brasiliense*, 27 set. 2000. Economia, p. 1; *Folha de S. Paulo*, 27 set. 2000. Dinheiro, p. 4; *Jornal da Tarde*, 27 set. 2000. Economia, p. 1).

Em 20 de abril de 2001, punks e anarco punks se sobressaíram dentre os cerca de 2.000 ativistas que protestavam, na Avenida Paulista, contra a Alca e a globalização. Os manifestantes fizeram batucada, apitaços, performances, distribuíram folhetos, bradaram palavras de ordem ("A rua é do povo, vamos ocupar!"), picharam e apedrejaram os prédios da Fiesp, da Caixa Econômica Federal, do Itaú, as lojas do Bob's e do McDonald's; a tropa de choque da Polícia Militar interveio, com sua proverbial delicadeza e sagacidade – após 40 minutos de tumulto, 69 pessoas foram presas e mais de 100 ficaram feridas (*Folha de S. Paulo*, 21 abr. 2001. Brasil, p. 13; *O Estado de S. Paulo*, 21 abr. 2001. Geral, p. 13; *Folha de S. Paulo*, 04 de jun. 2001. Folhateen, p.6-7).

A marcha contra a corrupção e o apagão, realizada em Brasília, em 26 de junho de 2001, foi o evento que, provavelmente,

deu maior destaque midiático às ações políticas dos punks. O ato de protesto contra o governo Fernando Henrique Cardoso reuniu cerca de 70 mil pessoas, em frente à Esplanada dos Ministérios. Punks e militantes de partidos de esquerda entraram em conflito com o aparato de segurança da Polícia Militar. Os 4.200 soldados da cavalaria e do batalhão de choque da PM usaram balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e um carro blindado Brucutu para dispersar os manifestantes, que responderam com paus, pedras e garrafas. O confronto durou cerca de uma hora, deixando um saldo de nove feridos e seis presos. O então presidente em exercício, Aécio Neves, responsabilizou os punks pelo tumulto: "Os partidos que organizaram o protesto e os manifestantes agiram de uma maneira adequada, ordeira e democrática. O que fugiu do normal foi o ato de um grupo que não fazia parte da manifestação" (*Correio Brasiliense*, 28 jun. 2001. p. 1, 6-9; *Folha de S. Paulo*, 28 jun. 2001. p. 1 e A8; *O Estado de S. Paulo*, 01 jun. 2001. Cidades, p. 13; *O Globo*, 28 jun. 2001. p. 1 e 3).

Mais exemplos? Em 8 de setembro de 2004, carregando faixas com os dizeres "Falsa independência" e "Mais armas, mais fome", os punks de Recife dividiram as ruas da cidade com quilombolas, índios, violeiros, sem-terra e sem-teto, durante os protestos contra o desemprego e a desigualdade social que marcaram o 10.º Grito dos Excluídos (*Correio Brasiliense*, 08 set. 2004. p. 2; *O Estado de S. Paulo*, 08 set. 2004. Nacional, p. 1). No último Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, outro episódio digno de nota: 49 componentes de um grupo punk formado por brasileiros, argentinos e uruguaios foram detidos pela polícia gaúcha – uma informação anônima advertira que os jovens (seis menores) planejavam lançar coquetéis molotov, numa ação denominada "Dia do Ajuste" (*O Estado de S. Paulo*, 29 jan. 2005. Nacional, p. 1; *O Globo*, 23 jan. 2005. Economia, p. 23).

Como sublinham Abramo (1994: 115) e Souza (1999: 185-186), em que pesem o estilo crepuscular, as letras niilistas e as declarações escatológicas, o movimento punk, em suas atividades e práticas cotidianas, não se confunde com um grito de desistência, um convite

à passividade ou um desejo de destruição absoluta da sociedade, configurando-se, por vezes, num chamado ao combate contra o sistema social e as formas de oposição institucionalizadas.

Mesmo para jovens pouco afinados com a música ou o visual punk, a índole antiestabelecimento e a filosofia do "faça você mesmo" do movimento tem encorajado a constituição de novas comunidades instáveis de dissenso artístico, social e político. Amálgama instigante de características das subculturas e das contraculturas tradicionais (tal qual definidas pelo CCCS), as chamadas "novas formações de protesto subcultural" (Muggleton & Weinzierl, 2003b: 13-16) se valem de modos de articulação e geração de identidades subculturais, engajando-se, contudo, em questões macro-políticas; operando, ao mesmo tempo, ideológica e hedonisticamente; compatibilizando abordagens e demandas particulares com uma dimensão de crítica e antagonismo universal.

Embora partilhem com os novos movimentos sociais que emergiram a partir dos anos 1960 (arregimentados em torno de vários tipos de questões humanitárias, de cidadania e de "qualidade de vida", de políticas culturais e de identidade) uma forma não convencional de participação política, distinguem-se por visarem explicitamente o cerne das políticas econômicas do turbocapitalismo, que imperam sobre mais de cem países, intensificando a exploração dos trabalhadores, exacerbando desigualdades sociais e diminuindo liberdades, em vez de distribuir os benefícios da prosperidade e erradicar a pobreza, como haviam prometido seus artífices, porta-vozes e relações públicas (pensadores da área comercial e econômica, ministros da fazenda, altos executivos de empresas, lobistas corporativos, jornalistas...).

Os alvos dos novos contestadores são menos os Estados-Nação do que as instituições da globalização cultural e econômica, como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o G-8 e as grandes corporações transnacionais que empunham a bandeira do "livre comércio" e preconizam a agenda de desregulamentação governamental, privatização, redução de salários e de investimentos públicos em setores como educação e saúde.

A exemplo das subculturas clássicas, as formações de protesto pós-subcultural se definem em oposição à cultura hegemônica dos pais. No caso, o "fundamentalismo" ou "consenso de mercado" neoliberal – a crença inquebrantável no caráter deífico e intrinsecamente democrático do Mercado, restando aos governos (democraticamente eleitos) parca margem de influência política legítima nas questões da economia doméstica, além do controle da inflação e dos cuidados para que o capital possa circular, sem grandes amolações.

Cientes, no entanto, dos riscos da (cada vez mais célere) apropriação mercadológica do estilo e de que a afirmação desabrida da autogratificação, da ironia e do cinismo não mais contradiz a ética e as estruturas do sistema capitalista, tendo sido absorvida pelo paradigma do *branding* pós-moderno (Frank, 1997, 2004: 306-333; Holt, 2003; Klein, 2002), os novos grupos de afinidade juvenil se inclinam a favorecer a ação política direta, em detrimento da estratégia de resistência por meio da "guerrilhas semiológicas" do estilo. "Contemporary punk subcultures may therefore choose to avoid spectacle-based interaction with dominant culture. (...) Post-punk, or contemporary punk has foregone these performances of anarchy and is almost synonymous with the practice of anarchism", observa, com perspicácia, Dylan (2003: 232, 233).

Muito já foi escrito acerca da relação entre os avanços tecnológicos na área da comunicação e as novas modalidades de consumismo, as novas formas de fetichismo da mercadoria. Paralelamente, no entanto, à promoção do comércio e do mercado global no ciberespaço, prospera o uso da comunicação baseada no computador como plataforma para elaboração e disseminação de estratégias contra-hegemônicas no espaço físico real. É difícil exagerar, por exemplo, a importância da Internet na organização e divulgação dos atos de desobediência civil e das ações coletivas de rua contra a globalização capitalista (alcunhada, por seus opositores, de "corporarização", "neocolonialismo pós-moderno" ou "globaritarismo"). Sites de organizações independentes, listas de discussão e e-mails se consolidaram, ao longo dos anos 1990, como ferramentas essenciais para o estreitamento dos vínculos e o aprimoramento dos métodos de

ação dos militantes, servindo para: 1) a divulgação de informações acerca das prerrogativas e atividades das instituições econômicas e corporações globalizadas (raramente discutidas, de forma crítica, na grande imprensa); 2) o intercâmbio de experiências sobre a realização de encontros e eventos; 3) a mobilização e o recrutamento em massa de indivíduos dispersos geograficamente.

Além disso, a Internet oferece relatos, fotos, testemunhos e pontos de vista mais diversificados sobre as motivações e os desdobramentos dos "carnavais anticapitalistas", em contraste com a cobertura da corrente central da mídia, que costuma enfatizar os "atos irracionais de desordem", o "caos no trânsito", a "destruição do patrimônio público", os "atentados contra a propriedade privada", minimizando a violência policial e silenciando ou diluindo as perspectivas críticas dos insurgentes – afinal, como levar a sério as reivindicações de um bando de vândalos e lunáticos exóticos, contrários aos desígnios do mercado, este santuário da sensatez?

Interligados pelas novas tecnologias da comunicação, membros e simpatizantes da cultura club vêm lutando, em vários pontos do mundo, por seu direito de festejar – e discordar. Um infame Ato de Justiça Criminal promulgado em 1994 autorizou à polícia britânica a, entre outras providências, deter, revistar e prender (supostos) promotores e participantes de *raves* (definidas, de forma canhestra, como eventos animados por "músicas total ou predominantemente caracterizadas pela emissão de uma seqüência de batidas repetidas"). As medidas draconianas levaram a cena da música eletrônica a sedimentar alianças com subculturas mais politizadas e igualmente insatisfeitas com o aumento de práticas e espaços passíveis de ser qualificados (e criminalizados) como hostis à ordem pública. Os *ravers* se aliaram a ocupantes ilegais de propriedades privadas, a "ecoguerreiros" que batalhavam contra a pavimentação de áreas florestais e aos chamados viajantes da Nova Era (discriminados por seu estilo de vida nômade) – todos eles potenciais alvos da nova legislação repressiva (Huq, 1999; Klein, 2002: 340).

Mescla inventiva e imprevisível de contundência e ludismo, desobediência civil e festa, protesto e carnaval ("protestival"), a rede

de ação direta Reclaim the Streets – possivelmente, “o movimento político mais vibrante e de mais rápido crescimento desde 68 em Paris” (Klein, 2002: 340); “face contemporânea da oposição pública popular ao capital global” (St John, 2004: 75) – despontou como principal foco de convergência de DJs, militantes anticorporações, artistas e ambientalistas preocupados com os efeitos ruinosos do capitalismo na esfera local e global.

Sob a inspiração de doutrinas e táticas anarquistas, situacionistas e ecológicas radicais, armados de bonecos gigantes, cartazes, bandeiras, panfletos, pernas de pau, bicicletas, sofás, jatos de tinta, barracas de livros de poesia e política, megafones, apitos, tambores, palcos para shows de bandas e apresentações de DJs, terminais de Internet e kits multimídia, os “ativistas” interrompem teatralmente o tráfego e o consumismo cotidiano das grandes cidades, tornando, a um só instante, visíveis, execráveis e ridículos os agentes da lei e as operações e as estruturas de poder. Em oposição ao livre-mercado, brota das ruas, parques e praças reconquistadas a prefiguração de uma sociedade livre e solidária, baseada na expansão, revitalização e recriação do espaço público como lugar de interação (não mediada pelo consumo de mercadorias) entre cidadãos conscientes e participativos.

Não tardou para que “os atos de imaginação insurrecional” (Jordan, 1998: 139) do RTS ultrapassassem as fronteiras britânicas, irrompendo em paragens tão remotas como Sidney, Helsinque e Tel Aviv. As mobilizações públicas são organizadas localmente; com a ajuda das novas mídia e tecnologias, porém, ativistas de diferentes localidades podem inteirar-se acerca de eventos mundo afora, trocar estratégias de como ludibriar a polícia e bloquear rodovias, ler pôsteres, *press releases* e folhetos uns dos outros. Desde que as câmeras de vídeo digitais passaram a ser intensamente adotadas nos carnavais de protesto, é possível buscar inspiração, ainda, em documentários de manifestações distantes, realizados por produtoras de vídeos alternativos, como a londrina Undercurrents, e disponibilizados em diversos web sites da RTS (Klein, 2002: 343).

Segundo o FBI, Reclaim The Streets e outros “grupos anarquistas e socialistas extremistas” – como Workers’ World Party e

Carnival Against Capitalism – representam potencial ameaça terrorista aos Estados Unidos (www.fbi.gov/congress/congress01/freeh051001.htm). Antes do pronunciamento, no congresso estadunidense, do diretor da agência de investigação, um editorial do *Estado de S. Paulo* (28 set. 2000. p. 2) comparara os “extremistas do Resgate as Ruas” aos hooligans (“bandos de torcedores ingleses que aterrorizam cidades inteiras”), já que seus participantes empregavam “o vandalismo a pretexto de corrigir as injustiças do capital”; o jornal se apressou, todavia, em apaziguar os leitores: como se tratava de um “fenômeno espontâneo”, de “uma decorrência natural do metabolismo da economia moderna”, a globalização sobreviveria aos seus inimigos da “Internacional dos hooligans”.

De maneira pouco sutil, nosso editorialista caracteriza a globalização neoliberal como um fenômeno tão espontâneo e inevitável quanto, digamos, a garoa paulistana, porém de conseqüências certamente mais jubilosas... Refutando tais conceituações que teimam em confundir Natureza e História, à maneira dos mitos dissecados por Barthes ([1956] 1963), as mobilizações anticapitalistas atuais reivindicam outro tipo de globalização – sinônimo de justiça e igualdade social, efetiva cooperação entre os povos e respeito às culturas. Em busca da (difícil) harmonia entre poesia e pragmatismo, ensaiam a utopia de um mundo sem autoritarismo e hierarquias, enquanto demandam o perdão da dívida externa dos países pobres e a democratização dos processos decisórios das instituições financeiras internacionais ou denunciam as conseqüências da imposição generalizada das severas reformas econômicas neoliberais e as normas de trabalhos antiéticas adotadas, em países do Terceiro Mundo, por corporações transnacionais de indústrias e serviços.

A música eletrônica e a sensibilidade inclusiva das raves parecem criar a trilha sonora e a ambiência ideais para congregar e animar as “comunidades espontâneas de oposição” (St John, 2004: 75). Gilbert (1997) argumenta, a propósito, que é o próprio imediatismo e a índole comunitária da dance music contemporânea que a torna tão idealmente propícia para a política de ação direta, ao

passo que o rock (com seu *star system*, seus líderes carismáticos) estaria mais afinado com a política representativa.

São bastante precárias, ainda, as tentativas de maior politização da cena eletrônica, em nosso país. A AME (Associação dos Amigos da Música Eletrônica, ONG criada por DJs, produtores, jornalistas e representantes de núcleos de raves e clubes da cidade de São Paulo) procurou dar um “enfoque social” à sua Parada mais recente, realizada em 26 de outubro de 2003. Contando com apoio da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura, o evento reuniu cerca de 170 mil pessoas, na região do parque Ibirapuera. Foram montados postos de recolhimento de doativos para o Projeto Fome Zero e a Campanha do Agasalho e de fornecimento de orientações a respeito da Coleta Seletiva Solidária, de doenças sexualmente transmissíveis e do uso de drogas³.

Mais instigantes, a meu ver, têm sido as intervenções da TEMP (Temporary Electronic Musik Party), núcleo de festas e “articulações ativistas” idealizado, em 2002, pelos paulistas Bruno Tozzini e Daniel Gonzalez, com intuito de provar que a cena eletrônica não se restringe às “baladas burras” e ao hedonismo dos eventos patrocinados por grandes corporações – “Essa movimentação que acontece agora é uma volta aos princípios da eletrônica. Com o tempo, as pistas se tornaram, em sua maioria, simples playgrounds, espaço para diversão e alienação”, explica Gonzáles (*Folha de S. Paulo*, 09 maio 2003. Ilustrada, p. 1; ver, também, *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 2003. Ilustrada, p. 15; *Folha de S. Paulo*, 09 mar. 2004. *Folhateen*, p. 3; *Folha de S. Paulo*, 16 out. 2004. Ilustrada, p. 11; *BEATZ*, nº 3, 2003, p. 64-65; *Outracoisa*, nº 5, 2004, p. 8-11).

Com base no conceito de TAZ (Temporary Autonomous Zone), formulado pelo enigmático poeta subversivo e filósofo anarquista norte-americano Hakim Bey (2004), e nos preceitos das Squat Parties (festas livres de ocupação de prédios abandonados, freqüentes na Europa, na década de 1990), as edições da TEMP ambicionam ser “um espaço temporário de diversão e informação multimídia”, de “celebração da contracultura das ruas”. Sem local nem periodicidade fixos, o projeto crítico-festivo já ocorreu em pontos tão variados da cidade de

São Paulo como o clube underground Susi in Transe, o Paço das Artes (durante o FILE – Festival Internacional de Linguagem Eletrônica), o SESC Pompéia (com parte do evento Território Anti-espetáculo), a Avenida São João, esquina com Anhangabaú (festa do badalado Mídia Tática Brasil) e a quadra da escola de samba Tom Maior (cujo tema do carnaval 2003 era “As previsões que o Mundo iria acabar”).

As festas itinerantes da TEMP não congregam, apenas, os amantes da cena eletrônica, mas, também, pessoas ligadas ao rock alternativo e industrial, ao hip hop e ao gótico. Todos eles seduzidos pela vívida mistura de performances, teatro de ação direta, ciberativismo, *street art*, antiespetáculos, intervenções visuais e sensoriais multimídia (como projeções de montagens desconcertantes de imagens extraídas de noticiários, filmes, comícios políticos, documentários de passeatas) e música eletrônica extrema (gêneros híbridos e underground como o breakcore, hardcore, wonkytechno, drill’n’bass, que revelam nítida influência do punk na “atitude” e do hip hop nas batidas mais quebradas; a estética sonora suja, distorcida foge das estruturas musicais incorporadas pelas vertentes mais institucionalizadas da música eletrônica, com altos BPMs, breakbeats imprevisíveis e distorcidos, complementados, em alguns casos, pelo uso sarcástico de samplers de diálogos de filmes, cacofonia urbana e trechos de discursos políticos).

Vestidos de terno e gravata, com a cabeça inteiramente coberta por máscaras de ferro e lona de caminhão, convidados como a dupla de Live PA (performance ao vivo) Gengivas Negras (Theo Cordeiro e Carlos Morevi) trazem mais estranheza à cena, apresentando, em vez de música, “artefatos sonoros” – ruídos e barulhos processados e propagados por pedais de distorção, softwares, baterias eletrônicas, interrompidos, de vez em quando, pela leitura de manifestos do futurismo italiano (ecos da passagem dos dois amigos pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná). As sessões de “noise experimental” duram, em média, 40 minutos – muitos observam, com curiosidade, a desconstrução musical; uma minoria vai embora, irritada.

O projeto da Temp não se limita, todavia, às pistas de dança – entre outros eventos, apenas no ano de 2003, seus integrantes

estiveram envolvidos com: a) protestos contra a guerra do Iraque; b) a coordenação do workshop Cultura Eletrônica contra a Hegemonia, realizado, em parceria com o Movimento Jovem Zapatista do México, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre; c) a ofensiva de street art que celebrou, no dia 28 de novembro, o Buy Nothing Day (Dia Internacional de Combate ao Consumismo), colando pôsteres e *stickers* zombeteiros, ultrajantes na portas, fachadas e vitrines de bancos, joalherias, cadeias de fast-food, modificando os códigos visuais dos outdoors e dos cartazes publicitários que infestam a cidade de São Paulo; d) a intervenção político-artística no Prestes Maia – um complexo de dois prédios ocupado por 470 famílias do MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro de São Paulo). Junto com os coletivos SHN (de street art) e Radioatividade (de ação direta), a TEMP promoveu, por lá, um grande festival de multilinguagens, abarcando vídeo-intervenção, teatro, música, grafite, artes plásticas, oficinas e debates. Além de participar efetivamente das atividades do “levante artístico”, os membros do MSTC forneceram importante apoio operacional, atuando como seguranças, monitores e eletricitistas. No sétimo andar de um dos prédios, foi improvisada uma estação de rádio, que tocava dub, breakcore, drill’n’bass, afora os CDs de reggae e hip-hop trazidos por um morador que trabalhava como ambulante no centro da cidade. Ao todo, estima-se que quase 1.200 pessoas participaram da Ocupação Prestes Maia, durante os dias 13 e 14 de dezembro (*O Estado de S. Paulo*, 16 dez. 2003. Caderno 2, p. 2; *Global*, nº 2, jul. 2004, p. 38-41).

Desde o início da década de 1990, como indica o panorama acima (altamente seletivo, é claro), testemunhamos, em contraste com a corriqueira retórica da decadência da índole transgressora juvenil, inumeráveis mobilizações coletivas contra os crescentes contornos mercadológicos da *sociedade do espetáculo* – isto é, contra a tendência do capital de dominar todos aspectos da vida cotidiana, pondo em xeque “esferas extramercado” das quais sempre dependeram a solidariedade social e a democracia ativa (Leys, 2004). Invasões, ocupações, sabotagens, marchas, bicicletadas, protestivais, contra-espetáculos artísticos dramatizam o mal-estar de

setores da juventude mundial diante do consumismo incentivado pela mídia, do caráter invasivo do marketing das marcas globalizadas, da destruição acelerada do meio-ambiente pela ganância empresarial, do processo de privatização e conversão em mercadoria de idéias, identidades, relações sociais, água, sementes e, até mesmo, material genético humano⁴.

Não é preciso compartilhar do otimismo dos manifestantes que grafitaram "Estamos vencendo!", nos muros de Seattle, para admirar a volta das lutas sociais à ribalta pública. Vai além, obviamente, das pretensões de meu artigo, esmiuçar as fragilidades e potencialidades deste engajamento político apartidário, difundido, por importantes pontos do mapa mundial, após os protestos de rua que atormentaram as reuniões do G-8 e da OMC, em 1999. Ao focar os novos esquemas de resistência e contestação juvenil, interessou-me, mais modestamente, chamar a atenção para um ativismo negligenciado ou marginalizado pelas jeremiadas acerca da apatia política da "juventude pós-moderna", retratada (ou antes, caricaturada) em uma quantidade prodigiosa de filmes, reportagens, romances e pesquisas patrocinadas pelo mercado ou por universidades. A audiência estupefata e fiel de tais produções da indústria cultural ou acadêmica não deixa dúvida: ninguém perderá dinheiro, apostando em mais um relato alarmante sobre a geração das compras, do êxtase e das raves – um presságio do apocalipse tantas vezes adiado...

Seja na análise das relações entre o consumo midiático e as dinâmicas identitárias contemporâneas, seja na investigação do uso associativo e político das novas tecnologias da comunicação, é preciso cautela para não se confundir polêmicas culturais com práticas concretas; pensamentos desejosos, com o vivido. As múltiplas ideologias, estratégias de vida, atividades e alianças da juventude não podem ser reduzidas às grandes narrativas do consumismo ou do ativismo anticapitalista (adjetivo, aliás, ignorado, num notável lapso de memória, pelo verificador ortográfico do Windows...).

Abordagens informadas por metodologias etnográficas e qualitativas, que valorizem estudos de caso específicos, claramente localizados, podem prestar uma inestimável contribuição, penso

eu, para o exame crítico das tensões, dentro das formações culturais juvenis, entre desejo e repressão, agenciamento e estrutura, criatividade e conformidade, contestação e reprodução do sistema econômico e da ordem social.

Notas

- ¹ Conhecimentos, comportamentos e estilos que manifestam "autenticidade", "diferença", "singularidade" diante do *mainstream* "homogêneo", "comercial", "massificado", "feminizado". Definidos e distribuídos pela mídia, tais saberes e competências são materializados e corporalizados no corte de cabelo, na disposição da coleção de discos, no uso correto das gírias, no domínio "nato" dos últimos estilos de dança.
- ² Uma curiosidade acadêmica: durante o conflito no Golfo Pérsico, em 1991, a lendária revista punk *Maximum Rocknroll* lançou o EP *New World Order: War #1*, contendo duas "músicas de resistência" do Bad Religion e a reprodução de uma análise da conjuntura política internacional efetuada, em tom monocórdico e ominoso, por Noam Chomsky.
- ³ Um estudante de 16 anos morreu afogado no lago do parque Ibirapuera, logo após de ter participado da Parada da AME. Depois do incidente, a Polícia Militar sugeriu, ao Ministério Público Estadual, que adotasse medidas legais para que festas daquele tipo fossem proibidas ou realizadas, somente, em locais fechados, "onde é mais fácil ter controle do público" (*Folha de S. Paulo*, 28 out. 2003. Cotidiano, p.1 e 3; *Folha de S. Paulo*, 29 out. 2003. Opinião, p.2). Pouco tempo antes, a Secretaria Estadual de Segurança Pública de Santa Catarina proibira a emissão de alvarás de funcionamento para raves (Florianópolis e o Balneário de Camboriú eram um dos principais centros no Brasil das longas festas em lugares abertos, embaladas por música eletrônica). A medida pretendia acabar com "situações" que favoreceriam a "prática de atitudes ilícitas", como o consumo de drogas; as casas noturnas poderiam prosseguir funcionando, normalmente. No Rio de Janeiro, embora não exista proibição legal contra as raves, as autoridades policiais têm criado obstáculos à sua realização. Parte da luta dos organizadores de eventos desta natureza foi registrada no documentário *Bad trip*, dirigido por Felipe Sholl, Izabela Cardoso e Paulo Henrique Grillo, estudantes de jornalismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) (*Folha de S. Paulo*, 20 out. 2003. Folhateen, p. 2; *Folha de S. Paulo*, 28 out. 2003. Cotidiano, p.1).
- ⁴ Diligências, nesse sentido, são reveladas, com detalhes espantosos, no documentário canadense *The corporation* (2004), dirigido por Mark Achbar e Jennifer Abbott, com base no livro *The corporation: the pathological pursuit of profit and power* (2004), de Joel Bakan, professor de direito da University of British Columbia. O filme foi exibido, no Brasil, durante o festival É tudo verdade e, posteriormente, pelo canal por assinatura HBO. Outros exemplos impactantes são oferecidos por Leyes (2004: 74) e Monbiot (2000).

Bibliografia

- ABRAMO, Helena Wendell. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMS, Mark. *The teenage consumer*. London: Routledge, 1959.
- ALVES, Adjair. Culturas juvenis na periferia de Caruaru: com os olhos voltados à realidade social. In: ALVIM, Rosilene et al (eds). *(Re)construções da juventude: cultura e representações*. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2004. p. 61-72.
- BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation*. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *Simulacres et simulation*. Paris: Gallilée, 1985.
- _____. *A l'ombre des majorités silencieuses*. Paris: Editeur Sens et Tonka, 2000.
- BARTHES, Roland. *Mythologies*. Paris: Seuil, 1963 [1956].
- BENNETT, Andy. Subcultures or neo-tribes? Rethinking the relationship between youth, style and musical taste. *Sociology*, vol. 3, n° 3, p. 599-617, 1999.
- _____. *Popular music and youth culture: music, identity and place*. London: Macmillan, 2000.
- _____. Researching youth culture and popular music: a methodological critique. *British Journal of Sociology*, vol. 53, n° 3, p. 451-466, 2002.
- BENNETT, Andy & KAHN-HARRIS, Keith. Introduction. In: BENNETT, Andy & KAHN-HARRIS, Keith (eds.). *After subculture: critical studies in contemporary youth culture*. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 1-18.
- BEY, Hakim. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad, 2004.
- BIVAR, Antonio. *O que é punk*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BUTTLER, J.. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge, 1990.
- _____. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. London: Routledge, 1993.
- _____. *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge, 1997.
- CHAMBERS, Ian. *Urban rhythms: pop music and popular culture*. London: Macmillan, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction – critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1997 [1979].
- BRAKE, Martin. *Comparative youth culture*. The sociology of youth cultures

and youth subcultures in America, Britain and Canada. London: Routledge, 1985.

BROWN, Timothy S.. Subcultures, pop music and politics: skinheads and "nazi rock" in England and Germany. *Journal of Social History*, vol. 38, nº 1, p. 157-179, 2004.

CAIAFA, Janice. *Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CARRINGTON, Ben & WILSON, Brian. Global clubcultures: cultural flows and late modern dance music culture. In: CIESLIK, Mark & POLLOCK, Gary (eds.). *Young people in risk society: the restructuring of youth*. Aldershot: Ashgate, 2002. p. 74-99.

CLARK, Dylan. The death and life of punk, the last subculture. In: MUGGLETON, David & WEINZIERL, Rupert (eds.). *The post-subcultures reader*. Oxford: Berg, 2003. p. 223-236.

CLARKE, John. Style. In: HALL, Stuart & JEFFERSON, Tony (eds.). *Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain*. London: Hutchinson, 1976. p. 175-91.

CLARKE, John & JEFFERSON, Tony. Working class youth cultures. In: MUNGHAM, Geoff & PEARSON, Geoff (eds.). *Working class youth cultures*. London: Routledge & Kegan Paul, 1976. p. 138-158.

CLARKE, John *et al.*. Subcultures, cultures and class: a theoretical overview. In: HALL, Stuart & JEFFERSON, Tony (eds.). *Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain*. London: Hutchinson, 1976. p.9-74.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*. Oxford: Blackwell, 1980 [1972].

COSTA, Márcia Regina da. *Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DAVIES, Judies. The future of "no future": punk rock and postmodern theory. *Journal of Popular Culture*, vol. 29, p. 3-25, 1996.

FRANK, Thomas. *The conquest of cool: business culture, counterculture, and the rise of hip consumerism*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

_____. *Deus no céu e o mercado na terra: capitalismo, populismo de mercado e o fim da democracia econômica*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREIRE FILHO, João. Música, identidade e política na sociedade do espetáculo. *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, ano 5, nº 2, p. 303-327, 2003a.

_____. A sociedade do espetáculo revisitada. *Famecos*, vol. 22, p. 33-45, 2003b.

- FRITH, Simon & STREET, John. Rock Against Racism and Red Wedge: from music to politics, from politics to music. In: GAROFALO, Reebee (ed.). *Rockin' the boat: mass music and mass movements*. Boston: South End Press, 1992. p. 67-80.
- GELDER, Ken & THORNTON, Sarah (eds.). *The subcultures reader*. London: Routledge, 1997.
- GILBERT, Jeremy. Soundtrack to an uncivil society: rave Culture, the Criminal Justice Act and the politics of modernity. *New Formations*, n° 31, Spring/Summer, p.5-22, 1997.
- GOSHERT, John Charles. "Punk" after the Pistols: American music, economics, and politics in the 1980s and 1990s. *Popular Music and Society*, vol. 24, n° 1, p. 87-109, 2000.
- HALL, Stuart & JEFFERSON, Tony (eds.). *Resistance through rituals: youth sub-cultures in post-war Britain*. London: Hutchinson, 1976.
- HEBDIGE, David. *Subculture: the meaning of style*. London: Methuen, 1979.
- _____. Hiding in the light: youth surveillance and display. In: _____. *Hiding in the light: on images and things*. London: Comedia, 1988. p. 17-36.
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- HODKINSON, Paul. *Goth: identity, style and subculture*. Oxford: Berg, 2002.
- HOLT, Douglas B. Por que as marcas criam problemas? Uma teoria dialética da cultura do consumo e das marcas. *ECO-PÓS*, vol. 6, n° 2, p. 25-71, 2003.
- HUQ, Rupa. The right to rave: opposition to the Criminal Justice and Public Order Act 1994. In: JORDAN, Tim & LENT, Adam (eds.). *Storming the millennium: the new politics of change*. London: Lawrence and Wishart, 1999. p. 15-33.
- _____. Raving, not drowning: authenticity, pleasure and politics in the electronic dance music scene. In: HESMONDHALGH, David & NEGUS, Keith (eds.). *Popular music studies*. London: Arnold, 2002. p. 90-102.
- JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993 [1984]. p. 25-44.
- _____. *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- JANOTTI Jr., Jeder. *Heavy metal com dendê: rock pesado e mídia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.
- JORDAN, John. The art of necessity: the subversive imagination of anti-road protest and Reclaim the Streets. In: MCKAY, George (Ed.). *DIY culture. party & protest in nineties Britain*. London: Verso, 1998. p. 129-151.

- KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LAURIE, Peter. *The teenage revolution*. London: Anthony Blond, 1965.
- LEYS, Colin. *A política a serviço do mercado: democracia neoliberal e interesse público*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LONGHURST, Brian. *Popular music and society*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- LUDD, Ned (ed.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global*. São Paulo: Conrad, 2002.
- MAFFESOLI, Michel. *Les temps des tribus*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1988.
- McGUIGAN, Jim. *Cultural populism*. London: Routledge, 1992.
- McROBBIE, Angela. *Postmodernism and popular culture*. London: Routledge, 1994.
- MONBIOT, George. *Captive State: the corporate takeover of Britain*. London: Macmillan, 2000.
- MUGGLETON, David. *Inside subculture: the postmodern meaning of style*. Oxford: Berg, 2000.
- NEGUS, Keith. *Popular music in theory: an introduction*. Cambridge, MA: Polity Press, 1996.
- OSGERBY, Bill. 'The good, the bad and the ugly': media representations of youth since 1945. In: BRIGGS, Adam & COLBEY, Paul (eds). *The media: an introduction*. London: Longman, 1998. p. 319-334.
- QUEIROZ, Tereza Correia da N. Culturas juvenis, contestação social e cidadania: a voz ativa do hip hop. In: ALVIM, Rosilene et al (eds). *(Re)construções da juventude: cultura e representações*. João Pessoa: Editora Universitária - PPGS/UFPB, 2004. p. 15-32.
- REDHEAD, Steve. *The end-of-the-century party: youth and pop towards 2000*. Manchester: Manchester University Press, 1990.
- _____. *Subculture to clubcultures: an introduction to popular cultural studies*. Oxford: Blackwell, 1997.
- REDHEAD, Steve et al. (eds.). *The clubcultures reader: readings in popular cultural studies*. Oxford: Blackwell, 1997.
- SABÓIA, Ricardo. Periferia eletrônica: *clubbers* e *cybermanos* na cidade de São Paulo. *ECO-PÓS*, vol. 6, nº 2, p. 73-85, 2003.
- SKELTON, Tracy & VALENTINE, Gill (eds.). *Cool places: geographies of youth cultures*. London: Routledge, 1998.
- SLATER, Don. *Cultura do consumo & modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia: a militância dos jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.

ST JOHN, Graham. Post-rave technotribalism and the carnival of protest. In: MUGGLETON, David & WEINZIERL, Rupert (eds.). *The post-subcultures reader*. Oxford: Berg, 2003. p. 65-82.

WEBER, Andréa Franciéle. *A trajetória do estilo punk em Santa Maria: da política ao consumo*. Paper apresentado no XXV INTERCOM – Salvador/BA, 2002.

WEINZIERL, Rupert & MUGGLETON, David. What is 'post-subcultural studies' anyway? In: MUGGLETON, David & WEINZIERL, Rupert (eds.). *The post-subcultures reader*. Oxford: Berg, 2003. p. 3-23.

WIIDDICOMBE, Sue & ROBIN, Wooffitt. *The language of youth subcultures: social identity in action*. Hemel Hempstead: Harvester, 1995.

WILLIS, Paul. *Profane culture*. London: Routledge, 1978.